

Relatório da Comissão de Política de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Campinas

Desde o início da história da Reforma Psiquiátrica brasileira, o município de Campinas-SP, vem se apontando como uma das cidades de maior pioneirismo e sucesso para as transformações do campo assistencial da saúde mental, emprestando corpo e força às construções de novas práticas e saberes. O convênio de co-gestão firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira (SSCF) em 1990, tornou-se uma lei e inaugurou o processo de “desprivatização” de uma instituição total fazendo nascer um serviço de saúde 100% SUS, comprometido com a saúde pública como direito e com os fundamentos e ideais do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial: acolhimento, porta aberta, atenção integral, trabalho em rede, clínica ampliada, Projetos Terapêuticos Singulares, Apoio Matricial, pautados no combate à exclusão, no resgate e construção da autonomia e protagonismo dos sujeitos, no exercício da cidadania e no compromisso com a vida, a cidade e a sociedade que queremos. Perseguindo estes ideais, Campinas construiu uma sólida e robusta rede de saúde mental: 06 CAPS III, 03 CAPS AD, 02 CAPS Infantil, 11 Centros de Convivência, enfermarias de saúde mental em hospitais gerais, Núcleo de Retaguarda, Oficinas de Geração de Renda, Apoio de Saúde Mental em todos os distritos, mais de 30 Serviços Residenciais Terapêuticos, equipes mínimas de saúde mental na Atenção Básica, equipamentos de abordagem de rua, consultório na rua, além de ser campo de formação e pesquisa para Universidades de todo o Brasil e outros países. Todas estas conquistas foram fruto da luta e ação coletiva de trabalhadores, usuários, familiares, estudantes, membros da comunidade, instituições, grupos sociais organizados.

Apesar da solidez da rede constituída e da importância histórica da saúde mental de Campinas para o cenário nacional e internacional, o município vivencia hoje uma de suas piores crises político assistenciais. Todo este potencial histórico de transformação e construção coletivas e democráticas vem sendo desvalorizado, ignorado, negligenciado e maltratado por sucessivas gestões que, sob o “discurso oficial” da “adequação jurídica”, embarca a clara intenção de desmonte e sucateamento da rede, apontando para terceirização dos serviços, já anunciada pela parceria com o Estado e OSs para implantação de Comunidades Terapêuticas e CRATODs.

Destaca-se que o ataque à Campinas é um ataque importante à Reforma Psiquiátrica Brasileira, já que essa é uma cidade “modelo”, uma cidade que sustentou a ideia de que o SUS e a rede comunitária de atenção psicossocial podem dar certo, uma cidade que sustentou e deu vida aos nossos sonhos, enquanto militantes da luta antimanicomial.

Sabemos que, tal como Campinas, muitos municípios acumulam sucessos no cenário nacional, assim como vivenciam abusos do poder público para desmonte da rede de saúde mental.

Este Relatório tem por finalidade recuperar estes fatos - mais recentes inclusive - alertando a sociedade para os riscos que hoje pairam sobre a rede pública de atenção à saúde mental em Campinas, evitando-se os nefastos acontecimentos vividos em começo de Junho deste ano, quando encerrava-se a vigência do Termo de Convênio da Prefeitura Municipal de Campinas

com o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, e por absoluta responsabilidade da administração municipal, a prorrogação foi assinada depois de vencido o respectivo prazo, o que provocou o atraso no repasse das verbas e consequente atraso de pagamento de salários de centenas de trabalhadores, e condições inadequadas na pactuação.

1990	Estabelecimento da relação de co-gestão entre o Cândido Ferreira e a Prefeitura Municipal de Campinas através da edição da Lei 6215/90 e Convênio de 23/07/90, enquanto parte integrante da mesma Lei para o desenvolvimento, em parceria, das políticas públicas de saúde mental em Campinas.
2002	Início contratação agentes comunitários de saúde para o programa de saúde da família. Contou com a interveniência do Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho, para permitir a contratação dos Agentes Comunitários de Saúde por entidades parceiras da sociedade civil.
2005	Ampliação do Convênio Programa de Saúde da Família, firmado entre Cândido e Prefeitura, para contratação, em caráter emergencial, de trabalhadores para a rede pública municipal de saúde de Campinas, em virtude da impossibilidade da PMC em realizar novos concursos públicos para a área da saúde até que se concluísse a apreciação judicial da anulação de concurso realizado em 2004.
2006	Cândido Ferreira solicita e é realizada uma 1ª Audiência Pública sobre a relação Cândido – Prefeitura, abordando-se fundamentalmente o Convênio PSF e as pendências financeiras que já se acumulavam.
2008	Transferência dos agentes comunitários contratados pelo Cândido para a Prefeitura, permanecendo alguns que, em função da data de contratação, não estavam abrangidos e seriam oportunamente substituídos por agentes selecionados diretamente pela Prefeitura.
2009	Cândido Ferreira solicita e é realizada uma 2ª Audiência Pública no Conselho Municipal de Saúde assim como a realização de uma auditoria externa independente sobre as contas da instituição a fim de se consolidar as pendências financeiras entre ambas instituições.
2010	A Prefeitura Municipal de Campinas, em setembro/10, assina um Termo de Confissão de Dívida reconhecendo de imediato parte da dívida contraída com a instituição e determina, no mesmo ato, a realização da auditoria solicitada pela instituição.
2011	Ao longo de 2011 realiza-se a Auditoria Contábil pedida pelo próprio Cândido, a qual verificou o período de 11 anos entre 2000 e 2010, não encontrando irregularidades.

2011	<p>Também neste período, o Cândido Ferreira, a Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde iniciam a discussão da necessidade da finalização do apoio do Cândido ao Programa de Saúde da Família, e a substituição gradativa dos trabalhadores Cândido por servidores municipais.</p>
2012	<p>Em janeiro/12, a Prefeitura Municipal de Campinas surpreende a todos ao assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) prevendo um prazo de apenas 6 meses para esta transição.</p>
	<p>Mobilização dos trabalhadores, usuários e familiares para abertura de Concurso Público no Município, para reposição de todas as vagas a serem abertas pela saída dos trabalhadores Cândido.</p>
	<p>Iniciam-se as demissões dos trabalhadores Cândido sem a realização concomitante de concursos públicos para a substituição daqueles.</p>
Junho	<p>A Prefeitura Municipal de Campinas, diante da impossibilidade de cumprir o cronograma firmado no TAC, solicita e obtém a prorrogação deste prazo até março/13.</p>
Junho	<p>Renova-se o Convênio de Saúde Mental entre a Prefeitura Municipal e o Cândido Ferreira através do qual os Caps Integração, Caps Novo Tempo, Caps Davi Capistrano , Caps infantil Espaço Criativo e Caps infantil Cevi, Casa das Oficinas, Centro de Convivência Tear das Artes, Centro de Convivência Toninha, Caps AD Reviver e equipes de saúde mental da Atenção Básica passaram da gestão da prefeitura para a gestão direta do Cândido.</p> <p>Convênio firmado com verba inferior ao necessário e promessa de aumento com apostilamento.</p>
Outubro	<p>O Ministério da Saúde publicou o edital III Chamada para Seleção de Projetos de Reabilitação Psicossocial: Trabalho, Cultura e Inclusão Social na Rede de Atenção Psicossocial.</p> <p>Vários projetos do Município ligados ao Fórum Gera Renda foram encaminhados para a Seleção.</p> <p>Dos projetos encaminhados quatro foram selecionados, são eles: Casa da Culinária, Comercialização Solidária, Jogando com a Música e Saboneteria. (total de 90mil reais)</p>
2013	<p>Encerramento do Convênio do PSF em 13/03/13 e demissão do conjunto de trabalhadores vinculados a este Convênio.</p> <p>Sem reposição por servidores concursados da própria Prefeitura.</p> <p>Recurso do edital contemplado em 2012 foi repassado para o Município com prazo de seis meses para ser utilizado de acordo com o plano de</p>

Março	<p>aplicação dos projetos enviados. Até a presente data não temos por parte da Secretaria de Saúde uma definição com relação a utilização desse recurso.</p> <hr/> <p>Anúncio que os Apoiadores e profissionais da Atenção Básica não continuarão no Plano de Trabalho do Convênio entre o Cândido e a Prefeitura;</p>
Abril	<p>Da saída dos serviços dos prédios públicos</p> <p>Saída dos servidores dos serviços de saúde mental gerenciados pelo Cândido.</p> <hr/> <p>Inúmeras Mobilizações dos Trabalhadores, Usuários e Familiares contra o descaso com os serviços de Saúde Mental deste Município.</p>
Novembro	<p>Aprovado no Conselho Municipal proposta de regulamentação da lei de co-gestão Cândido/ Prefeitura que vigora desde 1990.</p> <hr/> <p>Permanecem as pendências com relação ao convênio PSF, sem repasse de verba das rescisões quitadas com recursos do convênio de saúde mental.</p>
2014	<p>Além de um grupo de trabalhadores do PSF que não tem mais seus postos de trabalho (já extintos) e que permanecem aguardando recursos para realizar as rescisões.</p> <hr/> <p>Mobilização dos trabalhadores, usuários e familiares, contra sucateamento dos serviços e contrários as ameaças da prefeitura.</p> <hr/> <p>Apresentação no Conselho Municipal de propostas e considerações dos trabalhadores com relação ao modelo de assistência a saúde mental que deveria ser levado em conta pelo Município e firmado, junto ao Conselho, prazo de três meses de prorrogação do convênio e não seis meses como proposto pela prefeitura.</p>
Maio	<p>Pedido de intervenção do Ministério Público para não gerar sucateamento dos serviços, sobrecarga dos trabalhadores e desassistência à população, com diminuição de verba destinada a saúde mental.</p> <hr/> <p>Não acordo com Prefeitura com relação as verbas para renovação do Convênio, não repasse de verba após data limite</p>
Junho	<p>Começaram a sair os trabalhadores da Atenção Básica contratados pelo Cândido, sem reposição por servidores.</p>
Junho	<p>Sem verba para rescisão dos contratos e pagamento de encargos destes trabalhadores do Cândido, não existindo mais seus postos de trabalho.</p> <hr/> <p>Começaram a chamar servidores, em número muito inferior ao necessário e não para toda rede.</p>
Julho	<p>Retomada do Centro de Convivência Tear das Artes para a prefeitura, com troca dos profissionais Cândido por servidores.</p>
Julho	<p>Não levando em consideração o trabalho já realizado por esses profissionais e o vínculo com os usuários.</p>

Junho-Agosto	Saída dos servidores dos serviços da saúde mental sem verba para reposição desses trabalhadores. Diminuindo bruscamente as equipes desses serviços.
Agosto	Nova ameaça de saída dos prédios do Caps Sul e Caps Integração, até o final desse mês, desacatando decisão do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Locais de Saúde de não saída dos prédios. Esses prédios foram construídos e planejados para esses serviços.
Agosto	Até a presente data não temos por parte desta Secretaria de Saúde uma definição com relação a utilização dos recursos dos editais que citamos anteriormente para os projetos de geração de renda. O recurso foi passado desde 2013 para o Município e os projetos de geração de renda ainda não receberam, para sua ampliação e efetivação.
Agosto	Não repasse até o presente momento da verba acordada para viabilizar o acordo coletivo realizado no mês de junho, referente ao dissídio e anuênio dos trabalhadores.